

### HOMOFOBIA E EDUCAÇÃO: UM DESAFIO AO SILÊNCIO

Alexandre Bortolini<sup>1</sup>

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (org.). Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009. 196 p.

---

Um livro nunca é apenas um livro. Um livro didático nos apresenta um mundo. Descreve esse mundo na sua geografia, na sua biologia, nas suas leis físicas e interações químicas. Conta a história desse mundo, mostra e diz quem foram os sujeitos relevantes na construção dessa história. Fala sobre quem são os sujeitos que habitam esse mundo, como se organizam, como vivem em sociedade, o que fundamenta essa sociedade e essas relações. Um livro fala sobre pessoas, como são os seus corpos, como funciona a sua mente, o seu desejo, como nascem, como tem filhos, como comem – ou deveriam comer, como fazem sexo – ou deveriam fazer, como vivem – ou como não deveriam viver. Todo material didático é pensado para incidir sobre quem lê e estuda a partir dele. Um livro, mesmo que não explicita isso, é sempre um agente mobilizador, que pode estimular a reprodução de uma ordem ou buscar incentivar quem o lê ou o estuda a uma transformação intelectual ou comportamental diante do mundo.

Em sistemas de ensino que enfrentam tantas adversidades como os nossos, muitas vezes o livro didático é o único material pedagógico a que alunos e alunas têm acesso, que serve de base e orienta o trabalho dos/as educadores/as. Nesse sentido, pensar sobre que concepções estão marcadas nos nossos livros didáticos é fundamental. E é exatamente isso que algumas pesquisadoras e pesquisadores fazem no livro *Homofobia e Educação: Um Desafio ao Silêncio*, organizado por Tatiana Lionço e Débora Diniz.

O livro começa com um extenso artigo de **Daniel Borrillo**, intitulado *A homofobia*. Este é um capítulo bastante conceitual, que vai construir a base para a leitura do restante do livro. No texto, o autor investe numa compreensão mais ampla da homofobia. O autor critica a interpretação da homofobia como um medo irracional e patológico, pois essa perspectiva consideraria apenas parcialmente o problema. Borrillo faz então uma distinção entre o que ele chama de homofobia individual - uma rejeição direta a sujeitos que fogem da norma heterossexual - e a homofobia social. "Embora seu primeiro elemento seja a rejeição irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e lésbicas" (p.15), Borrillo vai chamar atenção para a dimensão cultural e social da homofobia. Ela designaria tanto uma "dimensão pessoal de natureza afetiva" (p.19) na rejeição aos homossexuais, quanto uma dimensão cultural e social de natureza cognitiva, na qual o objeto da rejeição não é o indivíduo, mas a própria homossexualidade.

Essa distinção nos ajuda a perceber formas mais sutis de expressão da homofobia. Segundo o autor, ela pode funcionar de um jeito em que é possível "tolerar ou até mesmo simpatizar com o grupo estigmatizado" (p.19), considerando, no entanto, inaceitável qualquer política de igualdade que questione a supremacia heterossexual. Gays e lésbicas individualmente poderiam ter alguns direitos reconhecidos, mas sem afetar o modelo heterossexual, que permanece hegemônico no espaço simbólico. Esta é uma perspectiva em que a homofobia não é um fenômeno isolado, mas ela só pode ser compreendida em toda a sua complexidade quando levamos em conta "a ordem a partir da qual se estruturam as relações sociais entre os sexos e sexualidades." (p.24) A homofobia não seria, portanto, apenas uma violência específica contra homossexuais, mas cumpriria uma função de policiamento da sexualidade de todas as pessoas, "reprimindo qualquer comportamento, gesto ou desejo que ultrapasse as fronteiras "impermeáveis" dos sexos" (p.36),

---

<sup>1</sup> Mestre em EDUCAÇÃO pela PUC-Rio. Bacharel em COMUNICAÇÃO SOCIAL pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003). Atualmente trabalha na Coordenação-Geral de Direitos Humanos do Ministério da Educação, especialmente nas áreas de formação continuada e de políticas em gênero e sexualidade. Participa da coordenação do Projeto Diversidade Sexual na Escola, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: bortolini.alexandre@gmail.com

funcionando como guardiã das fronteiras sexuais (hetero/homo) e de gênero (masculino/feminino) – e atingindo, desse modo, inclusive homens heterossexuais. Assim, “cada insulto proferido lembra a todos da existência de uma ordem sexual vigente e sua hierarquia.” (p.43)

Essa complexificação do entendimento do conceito de homofobia é importante para orientar nosso olhar ao longo do livro. Mais adiante vamos perceber como a homofobia nos livros não aparece necessariamente na forma de uma discriminação direta, mas na consolidação de uma ordem marcada pelo binarismo de gênero e pela hegemonia heterossexual.

E é justamente isso que Diniz e Lionço começam a apontar no capítulo *Homofobia, silêncio e naturalização*. No texto, as autoras apresentam a pesquisa que fundamenta o livro, uma investigação qualitativa realizada entre 2007 e 2008, que analisou 67 livros didáticos e 25 dicionários distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), pelo Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Os livros estudados abrangiam, além da alfabetização, as disciplinas de português, ciências, biologia e história. Também foram pesquisados dicionários. Cada livro foi analisado por pelo menos dois avaliadores.

Diante dos livros didáticos, a pesquisa trabalhou com três categorias analíticas distintas: “homofobia – manifestação injuriosa sobre orientação sexual não heterossexual e expressões de gênero não hegemônicas - silêncio – omissão da referência à diversidade sexual em contextos propícios a seu reconhecimento, tais como diversidade das configurações familiares, prevenção à DST/AIDS, práticas sexuais, etc; e naturalização da heterossexualidade – pressuposição da norma heterossexual como ordenadora da inteligibilidade sobre os corpos e as formas de relação sexual e afetiva.”(p.51)

Diniz e Lionço começam o texto lembrando como as discriminações por raça, sexo ou deficiência ganharam espaço na escola e nos livros didáticos nos últimos anos, mas o mesmo não aconteceu com a diversidade sexual. Se muitas diferenças já são abordadas de forma propositiva, quando o tema é diversidade sexual, prevalece a timidez, o silêncio, a invisibilidade.

Segundo as autoras, “a heteronormatividade impõe um silêncio sobre essa temática: não há gays nas obras literárias, não há homossexuais nos textos de orientação sexual e, muito precocemente as crianças aprendem a indexar o universo social pela dicotomia de gênero.” (p.52) A sexualidade vai estar majoritariamente limitada à dimensão biológica e reprodutiva - nos livros de biologia, por exemplo, a vagina é descrita como um receptor do pênis (e apenas do pênis) no ato sexual e como o lugar por onde si o bebê na hora do parto.

Os dicionários parecem ser um caso a parte. Segundo as pesquisadoras, muitos ainda insistem em terminologias patologizantes, como “homossexualismo”, “lesbianismo”, “bissexualismo”, “transsexualismo” em detrimento das noções de homo/bi/transsexualidade. O termo “homofobia” aparece apenas em duas das 25 obras analisadas - e ainda assim com definições bem restritas. O vocábulo travestismo é recorrentemente associado à ideia de farsa, ultraje, modo de enganar ou fingir e a travesti vai ser descrita (não no feminino) como homens ou homossexuais que vestem roupas femininas – sem que em nenhum momento a sua identidade seja reconhecida.

As injúrias encontradas nos dicionários não se repetem nos livros didáticos. Nestes, o que impera é a invisibilidade de sujeitos e práticas não-heterossexuais. Os materiais trabalham apenas na ótica da heterossexualidade, tratada como natural e óbvia. Se os processos de avaliação do PNLD conseguem afastar os discursos discriminatórios mais óbvios, parecem não ser suficientes para superar o silêncio que se instaura com relação à diversidade sexual.

No capítulo seguinte, *A eloquência do silêncio*, de **Claudia Vianna** e **Lula Ramires**, o silêncio continua no centro das reflexões. Os autores vão focar a análise nas representações de família nos livros didáticos, recorrentes especialmente nos materiais para o ensino fundamental.

Na análise dos livros, Vianna e Ramires apontam uma tensão entre permanências e mudanças. Apesar da constatação da hegemonia de um modelo de família nuclear, branca e de classe média, fundada na tríade pai, mãe e filhos e na organização heterossexual, com relações de gênero bem definidas, outros modelos familiares começam a aparecer nos materiais.

Nesse processo, a forma hegemônica não desaparece, mas é desafiada por novos contornos: famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, intergeracionais, multirraciais, com homens exercendo o cuidado infantil, com crianças provenientes de adoção. (p.91)

O texto traz uma rica sequência de exemplos muito interessantes, inclusive casos em que o conceito de família vai ser trabalhado numa perspectiva histórica e multicultural. Essa diversidade, no entanto, não vai para além das fronteiras da heterossexualidade e famílias homoparentais continuam invisíveis.

Esta ausência não está só no texto escrito, mas fica evidente também quando se analisam as ilustrações dos livros. É o que aponta o capítulo *Ilustrações do silêncio e da negação*, de **Malu Fontes**. Nas imagens, as representações de família seguem restritas às variações dentro da heteronorma. Como era de se esperar, não foram encontradas ilustrações que fizessem referência à homoafetividade ou a qualquer expressão de afeto e sexualidade que fugisse à heterossexualidade.

Nas ilustrações dos livros analisados, sexualidade aparece como sinônimo de abordagem das diferenças e transformações apresentadas pelos corpos das meninas e dos meninos entre a infância e a idade reprodutiva; como representação dos aparelhos reprodutores masculino e feminino; e como a organicidade dos processos de fecundação do óvulo pelo espermatozóide e de evolução cronológica da gravidez até o parto, sempre se reiterando as formas corporais e os papéis de gênero determinados pela perspectiva da heteronormatividade. (p.101)

No capítulo *Cores e dores do preconceito*, **Fernando Pocahy, Rosana de Oliveira e Thaís Imperatori** se propõe a discutir o silêncio enquanto estratégia discursiva. Na análise, os autores apontam para o quanto o silêncio é também uma forma produtiva de poder. Vão resgatar os conceitos de censura explícita e implícita de Butler para afirmar como o silêncio funciona não só negando ou proibindo discursos, mas marcando a fronteira do que pode ser dito. Um silêncio que não é simples vazio, "mas funda um campo de significação" (p.118).

Para os/as autores/as, "não falar de diversidade sexual impregna os sujeitos de uma gama de sentidos heteronormativos" (p.122), em que a condição heterossexual toma o lugar de expressão autêntica do humano. Este silêncio tem repercussões na vida dos sujeitos. Citando Guacira Louro,

"a negação dos homossexuais no espaço legitimado da sala de aula acaba por confiná-los às gozações e aos insultos dos recreios e dos jogos, fazendo com que, deste modo, jovens gays e lésbicas só possam se reconhecer como desviantes, indesejados ou ridículos". (p.118)

O silêncio nos livros "reafirma a indignidade do tema e desresponsabiliza a educação como espaço de construção dos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais." (p.129)

Como já apontava Fontes no capítulo anterior, "o silêncio se constitui em uma problemática ainda maior que os discursos explícitos do preconceito". (p.106) A discriminação que se materializa em discursos e atos explícitos permite um enfrentamento mais direto. Já o silêncio - uma estratégia invisível, mas poderosa, justamente pela sua sutileza - é de um enfrentamento bem mais difícil.

O silêncio sobre a diversidade sexual nos livros parece refletir o silêncio sobre o tema nas próprias diretrizes e políticas educacionais. Fontes lembra que mesmo os parâmetros curriculares nacionais, apesar de apontarem que o debate sobre orientação (educação) sexual deve considerar as dimensões biológicas, psíquicas, socioculturais e políticas da sexualidade, não indicam caminhos para que isso seja concretizado no currículo. A homossexualidade cai na categoria nebulosa das "questões mais polêmicas", junto com o aborto, a prostituição e a pornografia.

O arcabouço legal que sustenta o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) vai ser foco da análise de **Roger Raupp Rios** e **Wederson Rufino dos Santos** no capítulo *Diversidade sexual, educação e sociedade*.

Dentre os marcos legais do programa, a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Nacional de Educação não tocam explicitamente na questão da diversidade sexual, embora apontem para um horizonte político de reconhecimento das diferenças, promoção da igualdade e superação de toda forma de discriminação. É nos Parâmetros Curriculares Nacionais que os autores vão encontrar alguma referência mais direta, mas ainda longe de ser suficiente. Os PCNs indicam a abordagem de temas como a homossexualidade, mas não apontam estratégias mais efetivas que ajudem a encontrar caminhos didáticos para isso.

Esse é um ponto discutido no último capítulo do livro, *Políticas de educação para a diversidade sexual*, de **Rogério Diniz Junqueira**. Em um contexto em que a diversidade em sala de aula é mal acolhida, percebida, em função de padrões didático-pedagógicos hegemônicos, como um empecilho, defasagem e deficiência, Junqueira aposta na diferença como um importante recurso pedagógico. O convívio direto entre pessoas diferentes se constituiria uma oportunidade de aprendizado e de crescimento única. Mas para isso não bastaria "pluralizar os ambientes", afinal, como lembra o autor, "mesmo já estando a diversidade presente em todas as situações escolares" ela pode estar ali "recalcada, desvalorizada, marginalizada ou, em certa medida, invisibilizada" (p.173)

Junqueira chama atenção para o quanto a noção de diferença corrente entre muitos/as educadores/as está enviesada pelo engessamento essencialista. O contato com o outro pode continuar sendo orientado a partir de sistemas de percepção que marcam o diferente como "inferior, estanho, aberrante". (p.174) Esse encontro pode também partir de uma perspectiva assimilacionista que reitere a ordem normativa. Não bastaria, portanto, promover o encontro com o diferente (de si). Seria preciso superar a lógica da afirmação de si pela negação do outro. Ao invés da negação, Junqueira aposta no encontro (não ingênuo) que produza não apenas uma reflexão sobre o outro, mas sobre si mesmo.

Ao final do livro, fica evidente que homofobia, silêncio e naturalização da heterossexualidade são três categorias chave que, articuladas, podem nos ajudar a entender não só o que acontece nos nossos materiais didáticos, mas nas nossas escolas, no que se refere à diversidade sexual. A injúria sistemática, a naturalização da heterossexualidade - tomada como norma e referência - e a invisibilidade de práticas, concepções e sujeitos que destoem dessa norma formam uma tríade de estratégias discursivas que se articulam para consolidar uma realidade hierarquizante, desigual e violenta.

Os processos de avaliação e seleção do PNLD parecem razoavelmente eficazes na superação do primeiro aspecto dessa tríade, ao coibir injúrias homofóbicas nos materiais didáticos. Mas se a homofobia não aparece nos livros, ela é prática cotidiana nas nossas escolas – e não são poucas as pesquisas que evidenciam isso.

Diante desse quadro, muitas vezes a única estratégia de enfrentamento que imaginamos é "expandir o silêncio", impedindo que manifestações explicitamente homofóbicas ou sexistas se expressem no ambiente escolar. E o que o livro nos ajuda a pensar é: será que é suficiente reprimir falas homofóbicas? Qual o investimento que fazemos – educadores e política pública - não apenas na proteção, mas na promoção dos direitos de estudantes, LGBT ou não, que não se encaixam nas normas hegemônicas de gênero e sexualidade?

Segundo ponto desta tríade, o silêncio vem sendo rompido cada vez mais no nosso cotidiano escolar, menos por uma intencionalidade pedagógica e mais pela visibilidade de jovens estudantes que não só desafiam os modelos hegemônicos, como reivindicam direitos e reconhecimento dentro da escola. Visibilidade articulada à ascensão de movimentos sociais nessa área que têm provocado consideráveis transformações culturais nas últimas décadas no nosso país.

No entanto, se hoje muitos educadores e educadoras apóiam o reconhecimento dos direitos e da identidade destes sujeitos, poucos são os que estão dispostos a questionar o que Borillo chama de ordem sexual vigente e sua hierarquia. E novamente o livro nos faz pensar: será que há como promover a integração, o respeito e o reconhecimento desses sujeitos sem questionar essa ordem? Ou seguimos, um pouco como denuncia o próprio Borillo no seu capítulo, trabalhando na lógica de uma inclusão subalternizada, em que esses sujeitos podem conviver no espaço escolar, a escola vai cercar qualquer manifestação de discriminação ou violência e mesmo investir na aceitação deles pelo conjunto do grupo, mas isso não implicará, de modo algum, um reordenamento da forma como está estruturado o nosso currículo?

Mas é sustentável uma estratégia - que se diz inclusiva - baseada na contradição entre a aceitação de determinados sujeitos e o reforço sistemático de uma cultura que qualifica a sua experiência como anormal, antinatural ou subalterna? É possível invocar o respeito a alunos e alunas homossexuais ao mesmo tempo em que a heterossexualidade é afirmada como a única possibilidade legítima de vivência do sexo e do afeto? É possível combater falas machistas e homofóbicas, ou mesmo a violência que recai sobre quem, no seu jeito de andar, vestir, falar ou se comportar, transgride modelos de comportamento de gênero se a escola segue reforçando esses modelos a todo momento? Precisamos decidir se nossa perspectiva de inclusão se limita apenas à coexistência desses sujeitos no espaço da escola ou se essa Nossa inclusão implica numa democratização também do currículo.

O problema, como explicitam alguns capítulos do livro, é que estes temas seguem num lugar marginal nas diretrizes pedagógicas que guiam nossa educação hoje. Ainda há uma imensa dificuldade no campo da educação em se enfrentar uma discussão ética que problematize as concepções morais e culturais (e porque não religiosas) hegemônicas. Uma dificuldade que se reflete entre gestores educacionais, nos programas de pesquisa, nos cursos de licenciatura e pedagogia, entre professores de todos os níveis e modalidades da educação básica, na comunidade escolar e, como não poderia deixar de ser, até mesmo entre autores e editoras que produzem nossos livros didáticos.

O que nos faz refletir que o desafio que se coloca aos movimentos sociais no campo da educação é bem grande. Além de apontar o que não deve ser dito, além de combater práticas violentas e discriminatórias, há que se construir uma agenda propositiva, que aponte novos caminhos pedagógicos, materializando as demandas desses movimentos não só nas relações interpessoais ou num reconhecimento formal dos sujeitos, mas numa transformação do currículo, da prática pedagógica e, claro, dos materiais didáticos.